

A revolta e o ruído do riso

Margareth Rago; Silvio Gallo (orgs.). *Michel Foucault e as insurreições. É inútil revoltar-se?* São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017.

Adriana Ferreira de Martinez e Matheus Marestoni

Adriana Ferreira de Martinez é doutoranda em Ciências Sociais pela PUC-SP. Contato: drimartinez@yahoo.com.br; Matheus Marestoni é mestrando em Ciências Sociais pela PUC-SP. Contato: matheus.marestoni@gmail.com.

Em tempos nos quais os enfrentamentos políticos se dão a partir da crítica a *este* ou *aquele* governo, retomar as discussões acerca da revolta é ter a coragem de falar a língua dos vivos. Nesse contexto, o pequeno artigo de Michel Foucault intitulado “É inútil revoltar-se?”, de 1979, é um texto-bomba. Ele nos lembra que o homem revoltado “é em definitivo sem explicação, é preciso um dilaceramento que interrompa o fio da história e suas longas cadeias de razões, para que um homem possa, ‘realmente’, preferir o risco da morte à certeza de ter de obedecer” (Foucault, 2004, p. 77). Há nisso a explicitação de os poderes que atravessam a sociedade não serem absolutos, pois nenhum poder é capaz de tornar a revolta algo impossível.

Essa foi a questão que incitou a publicação do livro “Michel

Foucault e as insurreições — É inútil revoltar-se?” (2017), que reúne as apresentações durante o X Colóquio Internacional Michel Foucault, realizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), entre 24 e 27 de outubro de 2016. O livro foi subdividido em quatro partes: insurreições políticas, insurreições no pensamento, insurreições na subjetividade e insurreições feministas. Nesta resenha, interessamos salientar alguns aspectos considerados relevantes para a discussão contemporânea acerca da revolta, porém, sem a pretensão de nos debruçarmos sobre o conteúdo integral de cada texto.

Insurreições Políticas

Acácio Augusto, em “Política e antipolítica: revolta, anarquia e diferenças no movimento antiglobalização”, abre a primeira

parte do livro mostrando como dentro das manifestações contemporâneas, sobretudo a partir do movimento antiglobalização, foram estabelecidas associações com táticas de ação anárquicas, ainda que nem todas possuam relação direta com os anarquismos. Tal aproximação é realizada por conta das táticas de atuação como a não liderança nos movimentos, a desconfiança de partidos políticos e sindicatos e a valorização de diferentes ações diretas. Apesar disso, o texto ressalta que os anarquismos não estão relacionados “à rebelião e à revolução; mas à revolta e à antipolítica” (p. 22). A antipolítica enfrenta as tecnologias de poder insurgindo em ato, avança contra os jogos políticos dos protestos organizados e “possui relações com a anarquia e com a produção de um militantismo como estilo de vida, liberado da busca teleológica e por um universal” (p. 27).

O segundo texto, de Alexandre Filordi de Carvalho, intitulado “Creio na insurreição dos corpos: Foucault e um esboço da anarqueologia dos vivos de outros governos” discute a revolta pensada a partir do corpo móvel como aquilo que é o mais presente e físico da insurreição. Ele questiona de que maneira é possível

atacar as táticas e estratégias, as operações de controle e normalização que governam o corpo de cada um e de todos, para estabelecer uma outra relação consigo e potencializar a luta contra os soldados, idiotas e gados que existem dentro de nós.

A seguir, o livro traz o texto de Alexandre Simão de Freitas chamado “Despertar a língua furiosa da revolta para não deixar quieto o *outro* impensado da política” no qual o autor retoma a noção de Foucault que em toda revolta há “algo de plebe”, o que não se refere a um estamento social, mas “algo” presente em todos”, “algo” que se manifesta nas ações feitas em resposta aos avanços do poder, na tentativa de se desfazer dele. Freitas comenta que Foucault “nos ensina a sempre recusar o medo. Recusar *temer* e clamar pelas *Fúrias* para dizer de novo: queremos a queda imediata *desse* governo criminoso, ilegal e imoral” (p. 49). Frente a isso, completaríamos: não só *desse*, mas de *todo* e *qualquer* governo.

“*Gloria victis*”, de Alfredo Veiga-Neto dá continuidade à publicação, aproximando os estudos foucaultianos da música. O tema central é a morte ou a coragem daquele que se revolta e arrisca a própria vida.

Seu interesse consiste em buscar a potencialização da insurreição contra o tempo amornado em que vivemos composto por uma atmosfera de indignação sufocada pelo medo. Diz ele: “ao invés de padecer neste lento morrer, é preferível lançar-se à insurreição, mesmo que arriscando a vida. (...) por estranho que pareça, ter sempre em mente que mesmo vencido, vencemos” (p. 60), ou seja, ainda que o limite seja a morte, recusa-se até o fim a servidão.

Edson Passetti em “A arquitetura da revolta” afirma haver na revolta uma variação de forças e o sistema penal as distingue “segundo a ameaça que trazem à sociedade” (p. 63). As insurreições são aceitáveis desde que o edifício vertical e piramidal da soberania não seja totalmente alterado. Ele mostra como, em diferentes momentos, as revoltas foram e são compreendidas como guerra civil e por isso chama a atenção para o fato de que enquanto a guerra civil reduz as revoltas na luta por soberania e reconstitui o sistema penal, acabe ela em revolução ou reforma pacificadora, a revolta é a luta para fazer o edifício da soberania ruir. Em consonância à discussão sobre revolta, revolução e guerra civil, retoma a noção de militantismo trabalhada por

Foucault. Diferentemente do militante revolucionário, submetido à táticas e estratégias que coadunam com um projeto de revolução, o militantismo refere-se a maneiras de existência que produzem associações sem pastores ou soberanos.

Heliana Conde e Rosimeire de Oliveira Dias apresentam “O GIP como modo de insurreição — ouvindo o ronco surdo da batalha”. O artigo retoma o contexto de 1970, na França, quando militantes foram presos sob a acusação de serem “arruaceiros”. Frente às diversas ações realizadas contra tais medidas, Foucault, Jean-Marie Domenach e Pierre Vidal inventam o Grupo de Informação sobre as Prisões (GIP), realizando as conhecidas “pesquisas-intolerância” sobre a situação dos presos, sem separá-los nas categorias de “prisoneiros políticos” e “prisoneiros comuns”. Suas práticas eram elas mesmas um modo de insurreição, pois estimulavam a tomada política da palavra pelos infames e aboliam a divisão entre pesquisadores e pesquisados. A atualidade do GIP, ressaltada no texto, está na presença do intelectual específico, aquele que não se propõe a dizer verdades proféticas para o futuro, mas sim torna visível o que

é visível. É um combate não só ao intolerável que são as prisões, tenham a configuração que for, mas também uma insurreição contra o intelectual universal, regulador, soberano e profeta.

“A rebelião e o fim da política”, de José Luís Câmara Leite, retoma a afirmação de Foucault sobre não sermos mais governados pela ideia de Revolução, em voga desde a Revolução Francesa. Um fato que teria marcado essa mudança foi a experiência histórica do stalinismo, quando a Revolução monopolizou todos os aspectos da vida, levando à sua própria deseabilidade a ser questionada com base na experiência histórica. Na contemporaneidade, vivemos na época das revoltas, apesar de alguns filósofos as considerarem inúteis, caso não integrem o processo revolucionário. A eles, Leite responde que a revolta “não organiza o tempo nem polariza a esperança, ela insurge e impõe-se como um dever” (p. 91). E diríamos mais: enfrenta os poderes e assume o risco da morte ao invés de esperar um *paraíso futuro*.

Trazendo a análise da revolta para as práticas contemporâneas, Peter Pál Pelbart, no texto “Aos nossos amigos”, ressalta que hoje se impõe a necessidade de inventar saídas

insurrecionais oriundas das ruas, e não mais de livros e da academia. O autor lança mão dos apontamentos feitos pelo Comitê Invisível em “Aos nossos amigos” e “Crise e Insurreição” e afirma que a fabricação de uma crise política e econômica constitui uma tecnologia de governo, “um modo calculado de retomada do poder pelo conservadorismo mais regressivo sob o manto da legalidade” (p. 95). Diante do discurso recorrente da crise no Brasil, o texto se propõe a pensar a resistência contemporânea, perpassando casos como as jornadas de Junho e as ocupações das escolas.

O último texto da parte “insurreições políticas” é o de Priscila Piazzentini Vieira, intitulado “Por uma outra política da verdade: as insurreições de Michel Foucault”. O que interessa a autora é pensar os deslocamentos foucaultianos no modo de se pensar a verdade e a produção de novas subjetividades como efeito de revoluções e revoltas. De acordo com ela, Foucault se debruçou sobre o processo de subjetivação a partir do momento em que presenciou as revoltas iranianas, pois a intensidade deste movimento viria da vontade de modificar radicalmente a existência. A insurreição inseparável do modo de vida faz um enfrentamento à tradição

revolucionária hierárquica, que busca concentrar “as vontades individuais em uma vontade monolítica, ou seja, sob a vontade burocrática dos dirigentes” (p.110). Nessa tradição, só o Partido é considerado capaz de tomar decisões racionais, tal e qual a figura do intelectual clássico. O texto ressalta a emergência do intelectual específico como modo de insurreição, que “produz transformações em seu próprio domínio de atuação” (p. 112) com a coragem do exercício da verdade, sem separá-lo de seu próprio modo de vida.

Insurreições no Pensamento

Abrindo a segunda parte do livro, Diogo Sardinha, com o texto “Foucault pró e contra: das contradições às antidições” se propõe a mostrar os diferentes percursos analíticos possibilitados pelas pesquisas de Foucault a partir do que ele chama de “elemento opositivo comum” entre o *regime epistemológico*, de “As Palavras e As Coisas” e o *regime do poder-saber*, de “Em defesa da sociedade”. No caso do *regime epistemológico*, ligado à arqueologia foucaultiana, refere-se às contradições que têm como alvo a função da ciência de constituir o homem enquanto um conceito geral

universal. Em se tratando do *regime poder-saber*, diz Sardinha, Foucault, por meio da análise genealógica se insurge contra os efeitos do poder ao combater tanto os saberes instituídos quanto os seus críticos, que não abandonavam a intenção de exercer a autoridade fundada na hierarquia e no conhecimento positivo.

“Cinismo e política ou a história da filosofia insurrecta de Michel Foucault”, de Ernani Chaves, parte das conexões entre Michel Foucault e o filósofo e historiador Pierre Hadot. De acordo com Chaves, os estudos de Hadot sobre a filosofia antiga foram importantes para as análises de Foucault. Para ambos, diz o autor, a Filosofia Antiga era perturbadora e praticada como um modo de vida, enquanto que a Filosofia Moderna, presente nas universidades, configura-se como a transformação da filosofia em uma tarefa universitária. A separação entre eles incide no trato com a questão do cinismo antigo. Para Hadot, diz o autor, a ruptura radical que os cínicos realizavam com a sociedade consistia também em um distanciamento da política, enquanto que Foucault via uma inseparabilidade entre o cinismo e uma posição política de desafiar o poder rindo dele constantemente.

No texto “Revisitar o tema: Foucault e a Psicanálise”, de Oswaldo Giacóia Junior é retomada a crítica feita pelo filósofo à psicanálise ao inseri-la como integrante do dispositivo da sexualidade e analisá-la como uma prática de confissão permanente que “desempenharia uma função estratégica (...) entre os regimes de verdade e as relações de poder” (p. 147). Entretanto, Giacóia aponta para uma possível mudança de perspectiva acerca da psicanálise ocorrida em 1982, no curso “A hermenêutica do sujeito”. Segundo ele, Foucault teria encontrado aproximações, tanto na psicanálise quanto no marxismo, com “exercícios espirituais”, que modificam o sujeito ao ter acesso à verdade, configurando uma “estilística da existência” (p. 150).

Marcelo Hoffman, em “*Enquêtes* na teoria e na prática de Foucault”, afirma haver uma lacuna entre a teoria e a prática de Foucault acerca das enquetes. De acordo com o texto, em suas conferências, ele “revelou as origens da *enquête* a partir de diversas formas de poder político” (p. 158), mas as pesquisas realizadas pelo Grupo de Informação sobre as Prisões (GIP) aproveitavam-nas como armas de resistência. Para Hoffman, tal lacuna significa que a

enquete não é uma prática estática, com um propósito fixo, mas pode ser utilizada para enfrentar as formas de poder político, assim como fez o GIP durante a sua atuação nas prisões francesas. Todavia, faz uma ressalva: “nada pode decididamente garantir que o conteúdo do saber não será absorvido dentro das práticas hierárquicas” (p. 163).

Em “O direito contra a norma”, Marcio Alves da Fonseca apresenta as análises realizadas por Foucault no curso “Em defesa da sociedade” e no livro a “Vontade de Saber” para mostrar a oposição entre o modelo jurídico, que usa a lei como interdição para impor a ordem, e o modelo estratégico de relações de oposição e resistência “que certas práticas do direito podem constituir às práticas da norma” (p. 170). Essa visão é o “direito novo”, que segundo Fonseca, Foucault pouco desenvolveu, mas que pode ser compreendido como práticas do direito legitimado pelas “expressões de contracondutas dos indivíduos ou grupos” (p. 174).

“Insurreições espirituais”, de Salma Tannus Muchail, aproxima as noções de espiritualidade e insurreição. De acordo com a autora, Foucault “designa como exercício espiritual a *leitura* e os atos afins, tais como:

a escuta, a escrita, o silêncio, a aprendizagem e o ensino” (p.180). Esses exercícios estão imbricados no cuidado de si e nas práticas corajosas que alteram a si mesmo e possibilitam uma nova orientação no mundo.

Tony Hara, em “Da revolta filosófica: notas sobre o modo de vida cínico” parte de Diógenes para responder à pergunta “é inútil revoltar-se?”, formulada por Foucault. Diógenes, o cínico, diz o texto, surge na cena filosófica concomitantemente ao momento em que Platão formula a sua teoria de separação entre o mundo das formas e o mundo das ideias. Enquanto se discursava “sobre a verdade especulada no mundo das formas puras” (p. 188), o cínico atacava o idealismo não com discursos e teses, mas com seu próprio modo insurrecto de vida. Ele respondia ao “discurso filosófico com a atitude do palhaço” (p. 189), usando “a linguagem do corpo para dar suas pauladas filosóficas” (p. 190). Foucault, diz Tony Hara, diagnostica na militância revolucionária do século XIX o modo de vida como prática da verdade, tal como nos cínicos.

Também sobre a relação entre a coragem da verdade e a revolução, o texto seguinte, de Vera Portocarrero,

intitulado “*Parresía* e discurso revolucionário”, comenta que a genealogia praticada por Foucault mostrou como a atitude cínica constitui “uma maneira de ser e de fazer” (p. 202), que esteve presente também no discurso revolucionário dos séculos XIX e XX. Neste caso, a revolução não se configurou como um projeto político, mas como uma *atitude* revolucionária que consistia em um modo de vida diretamente relacionado com o escândalo da verdade.

Yolanda Glória Gamboa Muñoz, em “Foucault: um alquimista rebelde”, trabalha a alquimia no sentido de misturar verdade e ficção, uma mistura que pode provocar explosões, e é precisamente nesse limite que ela situa Foucault quando este opera “com a ficção para diagnosticar a realidade” (p. 211). Para Muñoz, a mistura alquímica forma-se a partir de uma escolha provisória e esse é um modo de resistência em Foucault, portanto não há cristalização nem decantação dessa combinação. Assim, ele encontra-se distante dos que transformam a ficção e sua simbologia em verdade para depois acreditar nela, pois “compromete-se com sua experimentação, mas também em apagá-la. Apaga-se a alquimia, o alquimista e o experimento” (p. 220).

Insurreições na Subjetividade

O texto de abertura da terceira parte do livro é “Revolução, política e subjetivação em Michel Foucault”. Nele, Cesar Candioto rememora o diagnóstico feito por Foucault de que a deseabilidade da Revolução, presente na política moderna desde o século XIX, foi abandonada após a experiência história do estalinismo por duas razões. A primeira delas diz respeito ao racismo de Estado, que transformou “a oposição política em infração penal e biológica”. A segunda incide sobre o fato de o estalinismo ter “obstaculizado a constituição de uma subjetividade revolucionária” (p. 226). Por fim, discorre sobre como a Revolução passa a ser pensada de outra maneira por Foucault, na década de 1980, quando, em seus cursos, ele a relacionou diretamente com o processo de subjetivação e trabalhou a noção de militantismo como forma de vida.

Cleudemar Alves Fernandes, em “Insurreições como práticas discursivas na política do presente”, utiliza da noção de práticas discursivas contidas nas pesquisas foucaultianas para realizar um estudo de caso sobre os enunciados produzidos nas redes sociais sobre a ex-presidente Dilma Rousseff. De acordo com ele,

o seu governo, seguindo o projeto político de seu partido, *incluiu* e deu *visibilidade* às camadas sociais antes vistas apenas como força de trabalho, tornando-as consumidoras em potencial, o que teria causado um “incômodo” nas tradicionais elites brasileiras. Ressalta também o papel dos partidos de oposição, que, diz ele, são firmados em uma linha mestra do neoliberalismo (p. 241). Nota-se, então, que apesar de partir das análises de Foucault, o autor se afasta dele, abandonando a noção de neoliberalismo enquanto uma racionalidade, que perpassa a todos, tanto os governos considerados de direita quanto de esquerda.

Em “A potência da educação de subjetividades insurgentes para uma política outra”, Cristiane Maria Marinho aponta para a educação como possibilidade de resistência aos diferentes exercícios de poder, baseada em uma perspectiva ética foucaultiana que “propõe o exercício das práticas de liberdade como resistência aos poderes por intermédio da estética da existência” (p. 249). De acordo com ela, a educação pode estimular a insurgência e a desobediência, estando intrínseco seu caráter ético-político. Isso implica em atacar o poder disciplinar, a biopolítica e a

normalização que governa as escolas, para transformá-la em um espaço de produção de liberdades.

O texto de Denise Bernuzzi Sant'Anna, "A gratuidade como revolta", mostra, a partir do curso "Nascimento da Biopolítica", como os indivíduos estão imersos no mercado concorrencial em que a vida se torna rentável. Nesse contexto, faz uma diferenciação entre as amostras grátis e as experiências de gratuidade. Enquanto a primeira consiste em uma estratégia utilizada para seduzir e fidelizar os consumidores, as experiências gratuitas não são reduzidas a um valor de mercado. Por fim, Sant'Anna sugere o devir-criança como revolta ao governo da vida regido pelas leis do mercado, para ter a experiência de gratuidade que se assemelha a uma travessura e poder viver "sem se agarrar às suas supostas finalidades" (p. 267).

"A guerra em defesa da sociedade e a insurreição do sujeito", de Haroldo de Resende, apresenta uma análise afastada da divisão maniqueísta entre a guerra e a paz ao retomar a noção de *guerra silenciosa*, o que "garante, no interior da paz, a perpetuação dos enfrentamentos, das lutas políticas, dos embates do poder, por ele, com ele, contra ele, assim como

a mudança nas relações de força" (pp. 269-270). Ele mostra como o conceito de população, fruto do contexto biopolítico da sociedade de segurança, possibilita a emergência da governamentalidade, pois "governar tem sua particularidade que abarca um tipo de poder cujas tecnologias específicas se voltam para a condução da população" (p. 275). No entanto, ao mesmo tempo em que é instaurada essa guerra em defesa da sociedade e o governo se volta para conduzir a conduta dos homens, surgem diferentes formas de revoltas e insurreições manifestadas e, por isso, o autor propõe-se a pensar o sujeito "em sua potência insurrecional frente ao poder do Estado no seu perpétuo processo de governamentalização" (p. 280).

"Por uma forma de vida surda", Maura Corcini Lopes expõe a maneira pela qual a surdez e os sujeitos surdos passaram a ser tema e alvo da saúde, da antropologia, da educação, da psicologia, do direito etc. Seu texto toca em aspectos da *visibilidade* e no fato de existir uma ampla gama de diferenças entre os assim chamados surdos. A autora afirma que, produzir essa *inclusão* mantendo como base a divisão entre normal e anormal apenas cria novas formas de segregação.

Ainda assim, entende haver, na história da luta por *visibilidade*, uma série de pequenas revoltas cotidianas, pois, “afinal, no caso dos surdos, a revolta e a luta são condições para existência das comunidades surdas” (p. 292).

Em seguida, Pedro de Souza, em “A voz do dono e o dono da voz. O corpo posto em risco na batalha dos discursos” relaciona as noções de insurreição e contraconduta partindo de uma situação em que o cantor e compositor Chico Buarque foi interpelado e criticado por um grupo de pessoas em uma área nobre do Rio de Janeiro. Segundo ele, enquanto Chico era alvo de um “gesto de interceptar o pleno acesso à tomada de fala” (p. 296), mostrou coragem ao se movimentar entre os integrantes do grupo que o atacou por seu posicionamento favorável a antiga gestão do governo federal. O texto então se propõe a buscar a dimensão de “contraconduta passível de ser indexada na atitude de um célebre artista popular ousando aplaudir um governo e um partido político condenado por corrupção” (p. 296).

Saete Oliveira em “Aprisionamentos de jovens, revoltas, fugas e o indomesticável?” tece análises acerca da fuga de jovens na Fundação CASA. Elas explicitam o insuportável que é

a prisão e, diz Oliveira, “estes jovens em sua revolta e coragem, mostraram algo muito simples e de forma direta, assim como escancaram os libertários desde o século XIX: a prisão não é para ser reformada, emendada ou remendada, é para ser queimada, fulminada e abolida” (p. 303). Salienta, por fim, a diferença entre tais revoltas e fugas com as recentes rebeliões nas prisões para adultos. Nos casos levantados por ela, os jovens “não querem tomar a torre” ou reformá-la por meio de reivindicações de melhorias de suas condições, tampouco “pretendem participar da gestão isolada ou compartilhada das prisões (como as chamadas facções partidos etc.)” (p.308). Oliveira aponta para o fato de a fuga dos jovens ser ela mesma uma *resposta-percurso* à existência das prisões e um gesto “capaz de sacudir o consenso que se pretende intocável em torno do castigo e do aprisionamento de crianças e jovens” (p. 309).

“Insurreições escolares”, de Silvio Gallo, relembra as ocupações de escolas realizadas em 2015 e 2016 por estudantes secundaristas. Seu interesse não está em analisar as mudanças alcançadas pelos ocupantes, como a melhoria dos prédios escolares ou o não fechamento de unidades, mas em diagnosticar o

processo de subjetivação ocorrido durante a luta. Diz ele, a “militância dos estudantes implica num trabalho de cada um deles sobre si mesmo” e “eles, cada um deles, certamente não serão os mesmos depois de viver estes processos” (p.320). Por conseguinte, completa o autor, isso estabelece novas maneiras de se estar no mundo, de lidar com si mesmo e com os outros.

Insurreições feministas

Iniciando a última parte do livro, Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel, em “Compositoras brasileiras na canção popular: contracultura ou contracondutas?”, discorre acerca das diferenças entre a contracultura e a contraconduta, assim como a relação de ambas as noções com as práticas feministas. No século XX os movimentos contraculturais apresentaram um desejo de mudança em uma sociedade, como foi o caso da década de 1960, mas “não atacaram o patriarcado como um todo” (p. 326). Contudo, diz Murgel, as mulheres não deixaram de praticar atos cotidianos de resistência, próximos ao que Foucault chamou de contracondutas. Ela toma como exemplo o modo de vida de cantoras e compositoras populares para pensar as formas de

resistência das mulheres frente aos costumes e tradições sociais

“Visões do passado, insurreições no imaginário: história, gênero e raça em Rosana Paulino e Adriana Varejão”, de Luana Saturnino Tvardovkas se refere a essas duas artistas brasileiras contemporâneas para salientar, como por meio de suas produções, ambas questionam discursos elaborados em diferentes áreas do conhecimento. A arte, para a autora, “nem sempre foi abordada como uma prática imersa nos conflitos de raça, classe e gênero” (p. 337). Ela mostra de que maneira a artista Rosana Paulino expressa em suas obras críticas acerca dos saberes científicos contidos em registros históricos, trazendo para o presente múltiplas temporalidades sobrepostas. Por sua vez, a artista Adriana Varejão em seus trabalhos se contrapõe à concepção de democracia racial. As obras das duas artistas subvertem “o imaginário racista e misógino brasileiro” (p. 345), propondo “insurreições feministas no campo do visível” (p. 346)

“Resistência e revolução: ‘nem tudo é igualmente perigoso’”, sustenta Margaret A. McLaren ao explicar como as críticas de parte das feministas a Foucault têm como base a incompreensão sobre as relações de

poder trabalhadas por ele. De acordo com a autora, ao se interpretar o poder com um efeito nivelador e distribuído igualmente, não são compreendidas as relações de dominação de gênero ou qualquer outra assimetria. McLaren ressalta a importante diferenciação entre poder e dominação. Nas relações de poder há possibilidades de reverter a situação porque está intrínseca a liberdade, já na dominação as resistências apresentam opções limitadas e muitas vezes é necessária uma ação coletiva para uma total reversão. Ao considerar essa análise, as feministas poderiam questionar as normas de gênero e até transformar as próprias, abrangendo simultaneamente falar por si e “evitar soluções gerais, abstratas, universais” (p. 360).

O texto seguinte, “Foucault, o neoliberalismo e as insurreições feministas”, de Margareth Rago, apresenta as análises de Nancy Fraser e Johanna Oksala acerca dos impactos do neoliberalismo sobre o feminismo. Segundo a autora, Fraser aponta que, com a emergência do neoliberalismo, alguns aspectos da revolução cultural promovida pelo feminismo foram capturados. Um deles é a valorização do trabalho feminino, assimilado na forma de um capitalismo mais dependente do

trabalho assalariado de mulheres. Ao invés de expandir a luta por *justiça social*, colocou-se o foco apenas na identidade de gênero. Já Oksala, diz Rago, insere a questão da subjetividade e analisa como as mulheres passaram também a ser vistas e se verem como sujeitos neoliberais. Afirma também que bandeiras feministas como a criminalização do estupro e da violência doméstica foram transformadas em políticas públicas, pois permitem melhorar o “capital humano” das mulheres, tal e qual a própria “noção de autonomia, tão cara ao feminismo, agora pensada pelo viés econômico do empresariamento” (p. 368). Ao contrário de Fraser, que se mantém em uma perspectiva revolucionária emancipatória, Oksala faz um diagnóstico do presente focalizando na resistência como práticas de contraconduta para combater “a extensão da racionalidade econômica para todo o social pelo neoliberalismo” (p. 371).

Em “Das amizades femininas e feministas”, Marilda Ionta acompanha a concepção das relações de amizade tecidas por Foucault para problematizar a amizade como modo de vida, em que se produzem e reconfiguram as subjetividades. Nesse aspecto, a autora, a partir de

estudos feministas, questiona como são as práticas de amizade femininas na contemporaneidade e qual é o comprometimento com a liberdade. Mediante fatos históricos em que as mulheres se revoltam, Ionta afirma como a revolta é a situação-limite, um gesto “a partir do qual a vida que se vive é colocada em xeque” (p. 387). Trata-se de contracondutas que incidem em um campo de forças capaz de quebrar as regras do jogo estabelecido e criar outros jogos.

Enfim, o ruído do riso...

Salta aos olhos como um pequeno texto publicado há quase 40 anos provoca tantas inquietações. Embora suscite enfrentamentos contra alvos específicos, Foucault não era um polemista, ao contrário do que é afirmado na apresentação do livro. “Alguém já viu uma ideia nova surgir de uma polêmica?”, pergunta ele durante uma entrevista concedida a Paul Rabinow. E, sabendo da obviedade da resposta negativa, completa: “os interlocutores são nela incitados não a avançar, não a se arriscar sempre mais no que dizem, mas a se fechar incessantemente no justo direito que eles reivindicam, na sua legitimidade que devem defender e na afirmação de sua inocência!” (Foucault, 2004, p. 227). Polemizar:

maneira pela qual aquele que fala se mantém em uma zona de conforto, recruta partidários da mesma ideia para fazer de outro um inimigo com interesses antagônicos contra o qual luta até leva-lo à submissão ou ao desaparecimento.

Apesar das recorrentes tentativas de transformar as análises de Foucault em uma teoria para ser aplicada em qualquer circunstância, ao se andar com ele estimula-se o gosto pelo risco de ter uma atitude que se afasta de hipóteses estabelecidas *a priori* a serem provadas ou refutadas, manifesta-se a coragem de alterar seu posicionamento, pois este é forjado em meio às análises das forças em luta. Assim, incita a explosão das certezas e abre a possibilidade da revolta contra si mesmo, contra aquilo que se é.

A partir dele explicita-se como aquele que se revolta não faz acordos pluralistas, não se pauta pela subversão nem pela obediência, intimamente relacionadas ao discurso jurídico-político. É uma força indomesticável de ataque contra os que se lamuriam enquanto esperam o paraíso dos céus na Terra. O revoltado é aquele que ri enquanto tudo rui.

Referências bibliográficas:

FOUCAULT, Michel (2004). É inútil revoltar-se?. In: MOTTA, Manuel Barros da (org.). *Ditos e escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Tradução de: Elisa Monteiro; Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 77-81.

____ (2004). Polêmica, política e problematizações. In: MOTTA, Manuel Barros da (org.). *Ditos e escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Tradução de: Elisa Monteiro; Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 225-233.